



**RIO DAS PEDRAS**

A CIDADE DOÇURA

## **EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90048/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1101/2026, DE 04.03.2026

INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS: 12/06/2026 às 08h00min

FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS: 30/06/2026 às 08h00min

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 30/06/2026 às 09h00min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG 986981

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90048/2026**

Data do Edital: 11 de junho de 2026

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 737.400,00 (SETECENTOS E TRINTA E SETE MIL E QUATROCENTOS REAIS).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS À IMPLANTAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, SERVIÇOS LIGADOS AO REFLORESTAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CONSULTAS AO EDITAL: Setor de Licitações, sito a Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, CEP: 13.390-049, na cidade de Rio das Pedras – SP – telefone (19) 3493-9490 ([licitacao@riodaspedras.sp.gov.br](mailto:licitacao@riodaspedras.sp.gov.br)).

### **PREÂMBULO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS - SP**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 44.826.840/0001-83, com endereço à Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, na cidade de Rio das Pedras - SP, Estado de São Paulo, através do Senhor Prefeito Municipal Sr. **MARCOS BUZETTO, TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, mediante, **Registro de Preços**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, dentre outras cominações legais, e pelos princípios da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

A sessão de processamento do Pregão será realizada em endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com o período do recebimento das propostas do dia 12/06/2026 às 08h00 até 30/06/2026 às 08h00. O horário do início de disputa será 30/06/2026 às 09h00 e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria SARH nº. 116/2025, de 12.05.2025, SARH nº. 121/2025, de 22.05.2025, SARH nº. 129/2025, de 16.06.2025 e Decreto Regulamentação nº. 2.840, de 01.11.2024.

#### **1. OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente pregão o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS À IMPLANTAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, SERVIÇOS LIGADOS AO REFLORESTAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA**, conforme as especificações contidas no edital e nos anexos.

1.2 A licitação ocorrerá na plataforma [www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br).



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

1.3 A licitação será realizada por LOTE.

1.4 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, levando em conta as especificações do objeto conforme estabelecido neste Edital e seus Anexos, visando garantir o menor custo para a Administração, de acordo com o artigo 34 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.

2.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este edital ou solicitar esclarecimento sobre seus termos, no prazo de até 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS antes da data designada para a abertura da sessão pública, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, em campo próprio, sob pena de preclusão.

2.2 A resposta às impugnações ou aos esclarecimentos será divulgada no Portal de Compras Públicas, no prazo de até 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, LIMITADO AO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR a data da abertura da licitação, de acordo com o artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 Na elaboração da resposta, o Pregoeiro será auxiliado, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

2.2.2 As respostas as impugnações e as solicitações de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração, ficando os interessados obrigados a acessar o Portal de Compras Públicas para a obtenção das informações prestadas.

2.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo.

2.5 A impugnação realizada dentro do prazo pelo licitante não impedirá sua participação nesta licitação até a decisão final.

2.6 As impugnações e pedidos de esclarecimento apresentados fora do prazo serão recebidos apenas como uma manifestação do direito de petição.

## 3. CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

3.1 Os interessados em participar desta licitação deverão dispor de cadastro junto ao Portal de Compras Públicas:

**<https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG 986981**

3.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou representante legal e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a esta licitação.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos dados tão logo identifique incorreção ou esses dados se tornem desatualizados.

3.3 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Pregoeiro, ou em caso de sua desconexão.

3.4 Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas e da elaboração e apresentação de propostas e documentos de habilitação serão de responsabilidade do licitante.



3.5 As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos as MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão DECLARAR, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o TRATAMENTO DIFERENCIADO estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

3.5.1 As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e Lei Federal nº 11.488/07 e não comprovarem os requisitos legais para o enquadramento serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

## 4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto, observadas as condições constantes do edital e seus anexos, e que estejam devidamente credenciadas no Portal de Compras Públicas.

4.2 Será vedada a participação de licitantes que:

- a) não atendam as condições do edital e seus anexos;
- b) não atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- c) estejam proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- d) se enquadram nas vedações previstas no artigo 9 e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) estejam sob processo de falência. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005;
- f) sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- g) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- h) estejam constituídos sob a forma de consórcio.

4.3 Será vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, com as seguintes justificativas:

- a) A vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a competitividade da licitação;
- b) A participação de empresas em consórcio somente é recomendável quando o objeto for “de alta complexidade ou de grande vulto econômico”, situações em que empresas isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou de qualificação econômico-financeira.

4.4 Como condição de participação, o licitante, ao enviar proposta eletrônica, deverá preencher, em campo próprio do Portal de Compras Públicas, as seguintes declarações on-line:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- b) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

d) que, para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos;

e) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

f) que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;

g) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.5 O licitante deverá assinalar “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do Portal de Compras Públicas, relativo à seguinte declaração on-line: que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida lei complementar.

a) Na licitação/item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, assinalar “NÃO” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

b) Na licitação/item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ao assinalar “NÃO”, o licitante ficará impedido de prosseguir no certame, em relação à licitação/item.

4.6 Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

4.7 A participação na presente licitação implica aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

4.8 Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional;

4.9 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

4.10 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

4.11 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e Termo de Referência, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

## 5. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇO ELETRÔNICA

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

5.5 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7 Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.

## 6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta eletrônica deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, de forma clara e detalhada, não sendo admitido propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

a) Indicar nome ou razão social da proponente e CNPJ, o número deste pregão, o endereço completo da proponente, telefone e endereço eletrônico, bem como o número de sua conta-corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;

b) Ter VALIDADE NÃO INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS, contados a partir da data de sua apresentação.

b1) As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 90 (noventa) dias.

c) Preço unitário e total proposto para o objeto ofertado, com até 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS, expresso em reais, junto aos quais considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).

d) Marca e fabricante para cada item ofertado, quando aplicável.

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## 7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, durante o prazo de 15 (quinze) minutos e, encerrado este, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.13 Encerrado o prazo do item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (e os autores de ofertas com valores até 10% superiores a esta) possam ofertar um lance final e fechado, em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.16 Na ausência de lance final e fechado, classificado nos termos dos itens anteriores, poderá o Pregoeiro proceder ao reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.





7.21 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 empresas brasileiras;

7.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.2 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.2 Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, o prazo de negociação poderá ser reduzido.

7.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Pregoeiro no chat.

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.11 Em conformidade com o art. 59 da Lei 14133/2021, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado no Termo de Referência ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

## 9. HABILITAÇÃO.

9.1 Após a fase de aceitação e julgamento da proposta, o Pregoeiro solicitará do licitante classificado em primeiro lugar, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, que envie seus documentos de habilitação.

9.2 É facultado ao pregoeiro prorrogar ou até reabrir o prazo estabelecido, por iniciativa própria ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.3 O Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portaldatransparencia.gov.br](http://portaldatransparencia.gov.br)).

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br)).





9.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, quando exigida no edital.

9.6.1 Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

9.6.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

9.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

9.14 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo de validade em vigor. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 180 dias (cento e oitenta dias) contados a partir da data de expedição, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

9.15 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

## 9.16 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade.

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.17 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;



9.17.1 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 9.18 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

a1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

## 9.19 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão de Registro e Quitação do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da sede da licitante, da empresa e seus responsáveis técnicos.

b) Comprovação de capacidade técnico-profissional, certificado pelo CREA, onde os responsáveis técnicos da empresa tenham executado obra(s) compatível (is) com o objeto desta licitação.

c) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, até a data da abertura do certame, um Engenheiro Agrônomo ou Florestal, Biólogo registrado no CREA ou CRBIO e devidamente qualificado, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica que comprove a execução de serviços de características similares aos do objeto da presente licitação.

d) A comprovação exigida acima dar-se-á através da apresentação de cópia da carteira de trabalho do profissional que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, ou cópia de Contrato de Prestação de Serviços, ou cópia de contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou, declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste, ambas com firma reconhecida.

e) Local licenciado para a destinação dos resíduos de poda.

9.20 Havendo necessidade de uma análise mais minuciosa dos documentos exigidos na habilitação, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.21 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante que for declarado vencedor será transmitida por meio do sistema eletrônico dentro do prazo determinado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas a partir da solicitação, que poderá ser prorrogado ou reduzido a critério deste último. Além disso, a mesma deverá:

a) Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

10.4 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. RECURSO ADMINISTRATIVO

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o qual formalizará decisão administrativa.

11.4 Havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

11.5 A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.



12.4 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. HOMOLOGAÇÃO.

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Homologar a licitação.

13.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## 14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

14.1 Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 01 (um) ano, com o FORNECEDOR classificado em primeiro lugar, podendo ser prorrogada pelo mesmo período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14.2 O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nele contidas.

14.3 O licitante vencedor deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

14.4 Quando o licitante vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar a Ata de Registro de Preço ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preço, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.5 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Município, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao disposto no art. 117 da mesma lei.

14.6 A Detentora será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total da Ata de Registro;
- b) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

- c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) Não assinar Ata Registro de Preços ou Termo Aditivo ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

15.5 Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município as sanções administrativas previstas no item acima deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

15.6 Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

## 16. PAGAMENTO

16.1 Após a execução do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será executado MENSALMENTE no prazo de até 30 (TRINTA) DIAS da liquidação da documentação;

- a) A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Rio das Pedras - SP:

**Município de Rio das Pedras - SP**

**CNPJ: 44.826.840/0001-83**

**Inscrição Estadual: Isento**

**Endereço: Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, CEP: 13.390-049, cidade de Rio das Pedras – SP – (número do empenho)**

- b) Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail [meioambiente@riodaspedras.sp.gov.br](mailto:meioambiente@riodaspedras.sp.gov.br).





c) O pagamento será realizado pelo Município de Rio das Pedras, mediante depósito bancário em favor do adjudicatário, que indicará em formulário próprio o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta-corrente para que seja realizada a operação.

c1) As informações referidas deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Setor Finanças, ficando o contratado obrigado a mantê-las atualizadas.

## 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.8.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

17.10.1 A anulação do Pregão induz à extinção da Ata de Registro.

17.10.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **<https://www.gov.br/compras/pt-br>** - UASG **986981**, no sítio eletrônico oficial do Município de Rio das Pedras [www.riodaspedras.sp.gov.br](http://www.riodaspedras.sp.gov.br)

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo III – Estudo Técnico Preliminar

Anexo IV – Termo de Referência

Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, 11 de junho de 2026.

**MARCOS BUZETTO**

Prefeito

**RIO DAS PEDRAS**

A CIDADE DOÇURA

**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. /2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1101/2026**  
**LOCAL: MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS – SP**

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	MUNICÍPIO:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE(S)	
BANCO DA LICITANTE:	Nº DA AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:	

Item	Descrição Mínima	Qtde. Estimada/a no	Unid.	Valor Unitário	Valor Total / ano
01	até 7.000 (sete mil) unidades de essências florestais nativas para reflorestamento, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento, quando necessários;	7.000	unid		
02	até 1.000 (mil) unidades de essências florestais nativas e/ou de interesse paisagístico para arborização urbana, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento, quando necessários.	1.000	unid		

A empresa DECLARA que:

1. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

2. A validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias.
3. Cumprirá todos os prazos de acordo com o estabelecido no edital e seu Termo de Referência.
4. Não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

LOCAL E DATA

---

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS: Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS À IMPLANTAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, SERVIÇOS LIGADOS AO REFLORESTAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. /2026**

**Data: 05.2026**

**Valor: R\$ ...**

**Prazo Vigência: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período**

**Processo Administrativo nº 1101/2026, de 04.03.2026**

**Pregão Eletrônico nº. .../2026**

**Data Homologação e Adjudicação:**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº. 44.826.840/0001-83, com sede na Ladeira José Leite de Negreiros, nº. 10, Centro, CEP: 13390-049, no Município de Rio das Pedras – SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS BUZETTO, portador do CPF nº. 123.691.028-10 e do RG nº. 23.291.071-6-SSP/SP, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa ....., com sede à Rua ....., nº. ...., Bairro ....., na cidade de ....., CEP: ....., inscrita no CNPJ nº. .... e Inscrição Estadual nº. ...., telefone ....., (Banco ....., Agência ..... e Conta Corrente nº. ....), doravante denominada DETENTORA, neste ato representada pelo sócio (a) Sr. (a) ....., portador do RG nº. .... e CPF nº. ...., resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Administrativo nº. 1101/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº. ....2026, homologado e ratificado em ....., mediante as cláusulas a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 A presente ata tem por objeto o Registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS À IMPLANTAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, SERVIÇOS LIGADOS AO REFLORESTAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE - SEMA, em conformidade com as especificações contidas no Edital, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

1.2 A CONTRATANTE não se obriga a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇOS REGISTRADOS**

2.2 Nos valores registrados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

2.2 A empresa detentora da ata, terá os preços registrados da tabela abaixo, tendo sido o referido preço oferecido pela licitante cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar.

Lote	Descrição Mínima	Qtde. Estimada/ano	Unid.	Valor Unitário	Valor Total / ano
01	até 7.000 (sete mil) unidades de essências florestais nativas para reflorestamento, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento, quando necessários;	7.000	unid		



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

02	até 1.000 (mil) unidades de essências florestais nativas e/ou de interesse paisagístico para arborização urbana, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento, quando necessários.	1.000	unid		

## CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A contratação dos serviços da presente ata será feita conforme a necessidade do órgão gerenciador, mediante emissão de Nota de Empenho devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2 Os serviços deverão ser contratados a partir da assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3 A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Edital do Pregão, e ainda conforme rege o Art. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4 A execução dos serviços deverão seguir as especificações detalhadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, ambos disponíveis nos Anexos III e IV do Edital.

## CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA

4.1 Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social.

4.2 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3 A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico supracitado, terá seu extrato publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no site oficial desta Municipalidade.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

## CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento das faturas à licitante vencedora será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao objeto da presente ata, que será conferida e atestada por responsável da Administração, acompanhado das autorizações formais emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento sejam atendidas todas as especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço.





5.2 O prazo para a efetivação do pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos referente ao objeto e será de até 30 (TRINTA) DIAS após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) autorizações formais e demais documentação necessária, de acordo com o Termo de Referência, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata, conforme preconiza o Art. 141, da Lei Geral n.º 14.133/2021.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

6.2 Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro desta Ata, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

6.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

6.4 Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4.1. Os fornecedores que não aceitarem readequar seus valores propostos aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.5. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar aumentar o valor registrado na hipótese deste se tornar inferior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

6.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público;

b) A pedido do fornecedor.;



## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

### 7.1 Da Fornecedora/Beneficiária:

- a) Executar com pontualidade o objeto contratado conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito aos fiscais técnicos e administrativos deste procedimento administrativo, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor, objeto da presente Ata;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar a esta Administração qualquer modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- f) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços/fornecimento dos produtos descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço;

7.1.1 Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedora.

7.1.2 Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

### 7.2. Do Órgão Gerenciador:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Gerenciar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir requisição interna.

## CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:



8.2. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- f) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- g) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;
- h) Caso não seja assinada a Ata de Registro de Preço no prazo de 03 (tres) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ser aceito ou não pela Administração;
- j) A Licitante que convocada para assinar o documento deixar de fazê-lo no prazo fixado acima será excluída;

8.3 Pela Detentora quando:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- b) A solicitação da Detentora para cancelamento do desconto registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços/ entrega dos produtos por esta Municipalidade;
- c) A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.
- d) Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à DETENTORA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.
- d1) Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

8.4 A comunicação do cancelamento do desconto registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

8.4.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

## CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o órgão gerenciador poderá sujeitar a Detentora/Contratada as penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. A Detentora/Contratada será notificada por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias úteis dessa notificação.

9.2.1 Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.



9.3 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA – GERENCIAMENTO E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o Município de Rio das Pedras - SP.

10.2 São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- g) Fiscalizar o bom atendimento do objeto contratado através de Servidor designado para tal.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A despesa decorrente da execução da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria do Meio Ambiente – Limpeza e Conservação – 378 – 18.451.0044.2113 – 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

11.2 Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

11.3 Para todas as questões suscitadas na execução da Ata de Registro de Preços, não resolvidas administrativamente, o foro será da Vara Distrital de Rio das Pedras, Comarca de Piracicaba - SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.4 Justos e acordados firmam o presente, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, de maio de 2026.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

---

Pela CONTRATANTE

MARCOS BUZETTO

Prefeito

---

pela CONTRATADA

---

Testemunhas

---

Testemunhas



## ANEXO III

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

#### Contratação de empresa especializada para fornecimento, preparo de local e plantio de essências florestais nativas para reflorestamento e arborização urbana

##### 1. OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de fornecimento, preparo de local e plantio de até 7.000 (sete mil) unidades de essências florestais nativas para reflorestamento**, bem como de **até 1.000 (mil) unidades de essências florestais para arborização urbana**, compreendendo, ainda, as atividades acessórias necessárias à adequada implantação das mudas, tais como limpeza de área, abertura de berços, adubação, aplicação de hidrogel, controle de pragas, tutoramento e replantio, quando necessário.

O presente ETP é elaborado em observância à **Lei nº 14.133/2021**, especialmente às disposições relativas à fase preparatória da contratação e à demonstração da viabilidade técnica e econômica da solução escolhida.

##### SEÇÃO 1 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

###### 1.1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

A necessidade da contratação decorre da demanda pública concreta e atual relacionada à ampliação da cobertura vegetal do Município, à recuperação de áreas destinadas ao reflorestamento, à expansão da arborização urbana e ao atendimento de obrigações ambientais e institucionais assumidas pela municipalidade.

Os serviços pretendidos atendem diretamente ao interesse público, pois contribuem para a preservação e recuperação ambiental, para a melhoria da paisagem urbana, para a promoção do bem-estar físico e mental da coletividade, para o fortalecimento da biodiversidade e para a mitigação dos efeitos adversos da urbanização, notadamente a elevação de temperatura e a redução de áreas sombreadas. Além disso, o plantio de árvores favorece a melhoria da qualidade do ar, mediante absorção de dióxido de carbono, e proporciona habitats importantes para a fauna, colaborando para o equilíbrio ecológico local.

A contratação também se justifica sob o aspecto sanitário e preventivo, uma vez que a adequada implantação e organização das áreas verdes auxilia na prevenção de ambientes degradados e suscetíveis ao aparecimento de animais indesejados e peçonhentos, promovendo maior segurança e salubridade à população.

Some-se a isso a necessidade de atendimento de compromissos assumidos pela Administração Municipal em **Termos de Ajustamento de Conduta – TACs**, especialmente aqueles relacionados ao TAC do esgoto firmado junto ao **GAEMA**, bem como o atendimento a exigências e condicionantes de órgãos de controle. Foi ainda identificado que atrasos decorrentes do processo nº 5722/2024 podem comprometer o atendimento dessas obrigações, o que reforça a necessidade de estruturação célere e adequada da contratação.

Verificou-se, ainda, que o Município **não dispõe atualmente de quadro de pessoal, equipamentos e estrutura logística suficientes** para execução direta dos serviços na escala e regularidade necessárias. Assim, a contratação de empresa especializada mostra-se necessária para suprir a insuficiência operacional da Administração e garantir a execução tempestiva, padronizada e tecnicamente adequada dos serviços.

Nesse contexto, a contratação pretendida revela-se medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público, observando a lógica de planejamento e eficiência que orienta a fase preparatória da Lei nº 14.133/2021.





# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## 1.2. Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

A contratação encontra-se prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA**, nos seguintes termos:

- **Item 14 do PCA** – prestação de serviços para fornecimento, preparo de local e plantio de até 7.000 unidades de essências florestais nativas para reflorestamento;
- **Item 15 do PCA** – prestação de serviços para fornecimento, preparo de local e plantio de até 1.000 unidades de essências florestais para arborização urbana.

Consta, ainda, que o **Plano Anual de Contratação da SEMAA já contempla a necessidade da contratação pretendida**, evidenciando que a demanda integra o planejamento administrativo setorial e não se trata de contratação improvisada ou superveniente.

A previsão no PCA guarda conformidade com o modelo de governança das contratações instituído pela Lei nº 14.133/2021, que confere centralidade ao planejamento, à racionalização das contratações e ao alinhamento entre as necessidades administrativas, o orçamento e a execução das políticas públicas.

## 1.3. Prazos da contratação

Os serviços serão executados mediante Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria Municipal competente, devendo a contratada iniciar a execução no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração.

### a) Requisitos quanto ao fornecimento das mudas

Deverá ser assegurado o fornecimento de mudas nativas e de interesse paisagístico em adequado estado fitossanitário, livres de pragas, doenças e danos que comprometam seu desenvolvimento, observando-se, no mínimo:

- **Mudas nativas para reflorestamento:** altura entre **50 cm e 120 cm**;
- **Mudas nativas e de interesse paisagístico para arborização urbana:**

altura entre **150 cm e 250 cm**.

### b) Requisitos quanto à conformidade ambiental

As espécies fornecidas deverão ser compatíveis com a finalidade do plantio, observando a adequação ecológica, paisagística e funcional, bem como as resoluções e diretrizes ambientais aplicáveis, inclusive aquelas correlatas aos órgãos ambientais competentes, como SMA e CONAMA, quando incidentes.

### c) Requisitos quanto ao preparo das áreas

Para o **reflorestamento**, deverá ser realizada a limpeza integral da área, coroamento com raio de 80 cm, abertura de berço com dimensões de 40 cm x 40 cm x 40 cm, preparo da base com adubação adequada, aplicação de hidrogel e controle de formigas e outras pragas.

Para a **arborização urbana**, deverá ser realizada a preparação da calçada ou área de plantio, inclusive com corte e remoção de detritos de alvenaria ou obstáculos existentes, limpeza da área, coroamento quando necessário, escavação de berço com dimensões de até 100 cm x 100 cm x 100 cm, adubação adequada e aplicação de hidrogel.



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

## d) Requisitos quanto ao plantio, replantio e tutoramento

O plantio deverá contemplar a correta instalação da muda em área devidamente preparada, com fornecimento e instalação de tutores adequados. O replantio deverá ocorrer nos casos de morte ou perda de espécimes, de modo a garantir o pegamento e a homogeneidade das áreas implantadas. O tutoramento deverá utilizar materiais adequados à sustentação e ao direcionamento do crescimento inicial da planta.

## e) Requisitos quanto à equipe mínima

A contratada deverá dispor de equipe técnica em quantidade suficiente para a adequada execução dos serviços, conforme plano de trabalho a ser apresentado e aprovado pela Administração, observadas as normas de segurança, medicina e higiene do trabalho, com utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

## f) Requisitos quanto aos equipamentos mínimos

A contratada deverá disponibilizar equipamentos, ferramentas, veículos e insumos em quantidade e qualidade suficientes para a perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela sua operação, manutenção e substituição, sempre que necessário ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

## g) Requisitos quanto à qualificação técnica

A contratada deverá demonstrar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante documentos de habilitação técnica previstos em edital, inclusive comprovação de experiência anterior pertinente, nos termos admitidos pela Lei nº 14.133/2021. Poderá ser exigida, conforme definição do Termo de Referência, indicação de responsável técnico com formação compatível e registro no conselho profissional competente.

## h) Requisitos quanto à regularidade documental

A futura contratada deverá apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, na forma da Lei nº 14.133/2021, além de demonstrar aptidão para contratar com a Administração Pública.

## i) Requisitos quanto à execução

Os serviços serão executados mediante **Ordens de Serviço** emitidas pela Secretaria Municipal competente, com início em até **5 (cinco) dias corridos** do respectivo recebimento. A programação apresentada pela contratada dependerá de aprovação prévia da Prefeitura. A execução ocorrerá, em regra, no período diurno, observada a frequência e a sazonalidade definidas pela Administração.

## SEÇÃO 2 – PROSPECÇÃO DA DEMANDA E SOLUÇÃO

### 2.1. Estimativa das quantidades necessárias

Considerando a previsão constante do PCA e as necessidades operacionais identificadas, a estimativa máxima anual da contratação é a seguinte:

- até **7.000 unidades** de essências florestais nativas para reflorestamento;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS PEDRAS - ESTADO DE SÃO PAULO**

Ladeira José Leite de Negreiros nº. 10, Centro - CEP 13390-049 - Rio das Pedras/SP

[www.riodaspedras.sp.gov.br](http://www.riodaspedras.sp.gov.br) - Fone (19) 3493-9490



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

- até **1.000 unidades** de essências florestais para arborização urbana.

A demanda global estimada corresponde, portanto, a até **8.000 unidades de serviço associadas ao plantio de mudas**, a serem executadas conforme necessidade da Administração, sazonalidade, cronograma municipal e emissão de Ordens de Serviço.

A adoção de quantitativos máximos é compatível com a futura formação de **Ata de Registro de Preços**, pois permite a execução parcelada e sob demanda, evitando contratação superior à efetiva necessidade e favorecendo a eficiência do gasto público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## 2.2. Estimativa do valor da contratação

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em múltiplas fontes de pesquisa, visando garantir aderência aos preços praticados no mercado e assegurar a vantajosidade para a Administração Pública.

Foram utilizadas as seguintes referências:

I – contratações similares realizadas por outros entes públicos, extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, abrangendo diversos procedimentos licitatórios com objeto compatível ao presente, o que permitiu identificar padrões de mercado e práticas adotadas pela Administração Pública; II – consulta direta ao mercado, mediante solicitação formal de cotação encaminhada a múltiplas empresas especializadas no setor, com ampla divulgação, contemplando fornecedores com atuação regional e nacional, os quais apresentaram propostas com escopo técnico equivalente ao definido neste Estudo Técnico Preliminar;

III – análise comparativa entre os valores obtidos, considerando quantitativos, especificações técnicas, complexidade operacional e características específicas dos serviços de reflorestamento e arborização urbana.

A partir das cotações recebidas, observou-se, exemplificativamente, valor unitário de R\$ 35,00 para serviços de reflorestamento e R\$ 100,00 para serviços de arborização urbana, conforme proposta apresentada por fornecedor do setor, contemplando fornecimento das mudas e execução integral dos serviços correlatos.

Verificou-se, ainda, que os valores variam conforme as condições específicas de execução, especialmente no caso da arborização urbana, que demanda maior complexidade operacional, logística diferenciada, intervenções em áreas urbanizadas, preparo de calçadas, remoção de interferências físicas e maior controle técnico da implantação.

A consolidação do valor de referência observará critérios estatísticos adequados, tais como média, mediana ou outro parâmetro técnico pertinente, considerando a dispersão dos dados coletados e a eventual exclusão de valores atípicos, sendo acompanhada de memória de cálculo detalhada a ser formalizada na fase subsequente da contratação.

Dessa forma, a estimativa preliminar da contratação mostra-se compatível com os preços praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, não havendo indícios de sobrepreço ou inexequibilidade.

## 2.3. Levantamento de mercado e escolha da solução

O levantamento de mercado evidencia a existência de solução disponível no setor privado para atendimento da necessidade pública, sendo identificáveis, em linhas gerais, três modelos possíveis:

1. aquisição isolada de mudas, com execução do plantio pela própria Administração;
2. contratação fragmentada, com um fornecedor para fornecimento de mudas e outro para preparo e plantio;
3. contratação integrada, abrangendo fornecimento, preparo do local, plantio, tutoramento e replantio.



A primeira alternativa não se revela adequada, em razão da insuficiência de estrutura operacional própria do Município. A segunda amplia a fragmentação contratual, dificulta a fiscalização, aumenta riscos de incompatibilidade e fragiliza a atribuição de responsabilidade pelo resultado.

A terceira alternativa mostrou-se a mais vantajosa, pois concentra em um único contratado a responsabilidade técnica e operacional pelas etapas essenciais da implantação, simplifica a gestão contratual, melhora a rastreabilidade da execução, reduz retrabalho e favorece a obtenção do resultado ambiental pretendido.

Nesse contexto, a solução escolhida consiste na realização de **pregão para registro de preços**, com julgamento pelo **menor preço global**, para contratação de empresa especializada apta a executar os serviços sob demanda, conforme as Ordens de Serviço emitidas pela Administração. Tal modelagem é compatível com a Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto ao uso do Sistema de Registro de Preços para serviços, e atende de forma mais eficiente ao interesse público envolvido.

O levantamento de mercado evidenciou a existência de ampla oferta de fornecedores aptos à execução do objeto, demonstrando a viabilidade competitiva da contratação.

Foram identificadas diversas empresas especializadas no setor, tanto por meio da análise de contratações públicas registradas no PNCP quanto por meio de prospecção direta junto ao mercado, com envio de solicitações de cotação a mais de 20 empresas com atuação em serviços de reflorestamento, arborização urbana e soluções ambientais correlatas. As propostas recebidas apresentaram aderência técnica aos requisitos definidos, confirmando a capacidade do mercado em atender integralmente às demandas da Administração.

Adicionalmente, a análise das contratações públicas similares demonstrou a recorrência do objeto em diversos entes públicos, com participação de múltiplos fornecedores, reforçando a existência de ambiente competitivo e afastando riscos de restrição indevida à competitividade.

A análise comparativa das contratações similares identificadas no PNCP, aliada às cotações obtidas junto ao mercado, permitiu verificar que os valores estimados encontram-se compatíveis com os praticados no setor.

Observou-se que os preços variam conforme o porte das mudas, a complexidade do preparo do solo, as condições de acesso às áreas de plantio e as características urbanísticas ou ambientais do local de execução.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa adotada reflete adequadamente a realidade de mercado, não apresentando indícios de sobrepreço ou inexecutabilidade, estando em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

## SEÇÃO 3 – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

### 3.1. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada, mediante pregão para registro de preços, para execução, sob demanda, dos serviços de fornecimento, preparo de local e plantio de mudas destinadas ao reflorestamento e à arborização urbana, abrangendo também as atividades acessórias indispensáveis ao êxito da implantação.

A execução ocorrerá mediante emissão de **Ordens de Serviço** pela Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Serviços e/ou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Após a emissão da ordem, a contratada deverá apresentar programação dos serviços, sujeita à aprovação prévia da Prefeitura. O prazo para início será de até **5 dias corridos** contados do recebimento da ordem.

Os serviços observarão a sazonalidade, o cronograma municipal e as prioridades definidas pela Administração. A execução se dará, em regra, no período diurno, com sinalização adequada à proteção de trabalhadores e usuários, especialmente em áreas urbanas.

A contratada será responsável pelo transporte de pessoal, ferramentas, equipamentos, materiais e resíduos, bem como pela disponibilização da equipe mínima e dos equipamentos mínimos definidos no Termo de Referência. A Administração



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

poderá ajustar o plano de trabalho e exigir substituição de equipamentos ou providências complementares, sempre em favor da melhoria da execução e da preservação da qualidade dos serviços.

A solução é apta a atender integralmente a necessidade pública porque reúne, em um único modelo contratual, as etapas essenciais para implantação bem-sucedida das mudas, garantindo padronização técnica, clareza de responsabilidade, melhor fiscalização e maior efetividade ambiental.

## 3.2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

**Não se recomenda o parcelamento material da contratação** em contratos distintos para fornecimento das mudas, preparo do local, plantio e tutoramento.

A razão principal é a forte **interdependência técnica e operacional** entre as etapas do objeto. O êxito do plantio depende da qualidade das mudas fornecidas, do correto preparo da área, da abertura adequada dos berços, da adubação, da aplicação de hidrogel, do tutoramento e do replantio quando necessário. A fragmentação ampliaria o risco de falhas, dificultaria a fiscalização e comprometeria a responsabilização pelo resultado final.

A contratação integrada favorece uniformidade técnica, simplifica a gestão contratual, reduz custos administrativos de coordenação e melhora a efetividade do serviço prestado. Assim, sob a ótica da eficiência, economicidade e interesse público, a contratação global mostra-se mais vantajosa.

## 3.3. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Existem contratações correlatas à solução pretendida, especialmente aquelas ligadas à manutenção de áreas verdes, roçada, poda, limpeza urbana, manejo de resíduos vegetais, fornecimento de insumos agrícolas, recuperação de áreas degradadas e cumprimento de condicionantes ambientais.

Também há interdependência institucional com ações de outras secretarias, como Obras e Serviços, Meio Ambiente e Agricultura, Saúde, Educação e Esportes e Lazer, na medida em que o plantio poderá ser direcionado a áreas públicas variadas, equipamentos urbanos, áreas institucionais e espaços de convivência coletiva.

Não obstante, a contratação ora estudada é **autônoma e viável por si só**, não dependendo juridicamente da celebração simultânea de outro ajuste para sua execução inicial. Eventuais contratações correlatas poderão potencializar resultados, mas não constituem condição de viabilidade da presente solução.

## 3.4. Resultados pretendidos

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- ampliação da cobertura vegetal do Município;
- recuperação de áreas destinadas ao reflorestamento;
- expansão e qualificação da arborização urbana;
- fortalecimento da biodiversidade local;
- melhoria da qualidade do ar e do conforto térmico;
- promoção de sombreamento e mitigação de ilhas de calor;
- melhoria da paisagem urbana e do bem-estar coletivo;
- redução de riscos sanitários em áreas degradadas;



- atendimento de compromissos institucionais, inclusive TACs e exigências de órgãos de controle;
- incremento da capacidade operacional da Administração;
- padronização e maior eficiência na execução de serviços ambientais.

### 3.5. Providências a serem adotadas pela Administração

Para viabilizar a contratação, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes providências:

1. consolidação do presente Estudo Técnico Preliminar;
2. elaboração do **Termo de Referência**, com detalhamento técnico do objeto, forma de execução, critérios de medição, recebimento, fiscalização e habilitação;
3. realização e consolidação da **pesquisa formal de preços**;
4. verificação da disponibilidade orçamentária e, se necessário, remanejamento de dotação;
5. definição das áreas prioritárias de atendimento e dos critérios de priorização;
6. estruturação do fluxo interno de emissão e controle das Ordens de Serviço;
7. designação dos agentes responsáveis pela condução do certame e pela fiscalização contratual;
8. elaboração da minuta do edital, da ata de registro de preços e do instrumento contratual correspondente.

### 3.6. Possíveis impactos ambientais

A contratação possui finalidade ambiental positiva, mas sua execução pode gerar impactos ambientais pontuais e controláveis, tais como:

- revolvimento do solo;
- geração de resíduos de limpeza e remoção de materiais;
- uso de insumos como adubos, hidrogel e produtos de controle de pragas;
- ruídos e emissões decorrentes do uso de equipamentos motorizados;
- risco de plantio inadequado, caso não haja correta seleção de espécies e locais.

Esses impactos podem ser mitigados mediante planejamento técnico, correta seleção das espécies, uso racional de insumos, destinação adequada dos resíduos, observância das diretrizes da secretaria competente e fiscalização contínua da execução.

De modo geral, os impactos potencialmente negativos são controláveis e inferiores aos benefícios ambientais, sociais e urbanísticos esperados, razão pela qual a solução é considerada ambientalmente adequada.

## SEÇÃO 4 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

### 4.1. Conclusão final

À vista dos elementos reunidos neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é **necessária, adequada e viável**, sob os aspectos técnico, administrativo, ambiental, econômico e jurídico.





## RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

Ficou demonstrado que a necessidade decorre de demanda pública concreta, vinculada à recuperação ambiental, à ampliação da arborização urbana, à melhoria da paisagem, à proteção da biodiversidade, à promoção da qualidade de vida e ao atendimento de obrigações institucionais e compromissos assumidos pelo Município. Também restou demonstrado que a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual e que a Administração não dispõe de estrutura própria suficiente para execução direta do objeto na escala necessária.

O levantamento realizado evidenciou que a solução mais adequada é a contratação integrada de empresa especializada para fornecimento das mudas, preparo do local, plantio, tutoramento e replantio, sob demanda, com maior uniformidade técnica, melhor fiscalização, maior clareza de responsabilidades e maior probabilidade de obtenção do resultado ambiental pretendido.

### 4.2. Recomendação de prosseguimento da contratação e modalidade indicada

Diante do exposto, **recomenda-se o regular prosseguimento da contratação.**

Recomenda-se que o procedimento seja realizado por meio da **modalidade Pregão**, com fundamento no **art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista o enquadramento do objeto como **serviço comum de engenharia**, passível de definição objetiva por especificações usuais de mercado e padrões claros de execução.

Recomenda-se, ainda, a adoção do **Sistema de Registro de Preços**, diante da natureza parcelada e sob demanda da execução, compatível com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento indicado é o de **menor preço global**, em razão da natureza integrada e interdependente do objeto.

### 4.3. Justificativa final: vantagens, custos/benefícios e alinhamento com a Lei nº 14.133/2021

A solução proposta apresenta vantagens relevantes para a Administração Pública Municipal. No plano técnico, assegura execução coordenada e integrada das etapas essenciais do objeto. No plano administrativo, simplifica a gestão contratual, reduz interfaces e melhora a fiscalização. No plano econômico, tende a reduzir retrabalho, perdas e custos indiretos de coordenação.

A estimativa preliminar de **R\$ 328.406,44** mostra-se compatível com a escala e a natureza do objeto, especialmente diante dos benefícios ambientais, urbanísticos, sanitários e institucionais esperados.

A solução está alinhada à Lei nº 14.133/2021 por observar os pilares da fase preparatória, especialmente o planejamento da contratação, a demonstração da necessidade, a avaliação da solução mais adequada, a

estimativa de quantitativos e valores e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

**Diante disso, opina-se conclusivamente pela viabilidade da contratação e pelo prosseguimento dos atos preparatórios subsequentes**, com elaboração do Termo de Referência, consolidação da pesquisa de preços, definição da dotação orçamentária pertinente e posterior deflagração do procedimento licitatório correspondente.

Deverá ser prevista, na fase subsequente, a análise de exequibilidade das propostas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com vistas a mitigar riscos de contratação por valores inexequíveis e assegurar a adequada execução do objeto contratual.

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA**  
RAFAEL CIVOLANI BONASSA



## ANEXO IV

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVOS E PRAZOS

##### 1.1. Objeto da contratação

Constitui objeto da presente contratação o **registro de preços para futura e eventual prestação de serviços comuns de engenharia**, destinados ao **fornecimento de mudas, preparo do local, abertura de berços, plantio, replantio, tutoramento e demais serviços correlatos**, para implantação de essências florestais nativas voltadas ao **reflorestamento** e de essências florestais nativas e/ou de interesse paisagístico destinadas à **arborização urbana**, no âmbito do Município de Rio das Pedras/SP, em atendimento às demandas da Administração Pública Municipal, especialmente das Secretarias e setores vinculados às áreas de Meio Ambiente e Agricultura, Obras e Serviços, Esportes e Lazer, Saúde, Educação e demais unidades administrativas que venham a demonstrar necessidade superveniente.

Trata-se de **serviço comum de engenharia**, nos termos do **art. 6º, inciso XXI, alínea “a”**, da Lei nº 14.133/2021, por envolver atividade cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, razão pela qual a contratação será processada por **licitação na modalidade Pregão**,



# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

nos termos do **art. 28, inciso I**, da mesma Lei, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço global por lote**, com vistas à formação de **Ata de Registro de Preços**.

A contratação compreende, de forma integrada, o fornecimento das mudas e a execução dos serviços necessários à adequada implantação vegetal, incluindo preparo da área, abertura de berços, adubação, aplicação de hidrogel, tutoramento, eventual replantio e demais insumos, materiais, mão de obra, equipamentos e medidas operacionais indispensáveis ao adequado resultado do objeto.

## 1.2. Justificativa da adoção do julgamento por lote

O objeto foi estruturado em **lotes distintos**, correspondentes às frentes de **reflorestamento e arborização urbana**, em razão de possuírem características técnicas, operacionais e finalísticas próprias, embora internamente compostas por parcelas integradas e interdependentes.

O julgamento pelo **menor preço global por lote** mostra-se tecnicamente mais adequado e economicamente vantajoso, pois cada lote reúne, de forma indissociável para sua boa execução, o fornecimento das mudas e os respectivos serviços de preparo, plantio, replantio e tutoramento, evitando fracionamento excessivo da execução, conflitos de responsabilidade, descoordenação operacional, risco de incompatibilidade entre insumos e serviços, bem como prejuízo ao resultado final pretendido pela Administração.

## 1.3. Especificação do objeto

Para fins deste Termo de Referência, entende-se por:

**a)Fornecimento de mudas nativas e de interesse paisagístico:** seleção, transporte e entrega de espécies vegetais nativas e/ou de interesse paisagístico, em condições fitossanitárias adequadas, aptas ao plantio e compatíveis com as normas ambientais aplicáveis e com a necessidade técnica apontada pela Secretaria Municipal competente.

**b)Abertura de berços e preparação de áreas para reflorestamento:** execução da limpeza da área em sua totalidade, inclusive coroamento com raio de 80 cm, escavação de berço com dimensões de 40 cm x 40 cm x 40 cm, preparo da base com adubação adequada, aplicação de hidrogel e adoção de medidas de controle de formigas e outras pragas, quando tecnicamente necessário.

**c)Abertura de berços e preparação de áreas para arborização urbana:** preparação da calçada ou da área pública correspondente, incluindo corte e remoção de resíduos de alvenaria, entulho ou estruturas preexistentes que impeçam o plantio, limpeza do local, coroamento quando necessário, escavação de berço com dimensões compatíveis com a espécie e com as condições do local, preparo da base com adubação adequada e aplicação de hidrogel.

**d)Plantio:** instalação das mudas em terreno adequadamente preparado, incluindo fornecimento e instalação de tutores e todos os insumos necessários para assegurar condições mínimas de crescimento, estabilidade e desenvolvimento inicial.

**e)Replanto:** substituição de espécimes mortos, comprometidos ou que não tenham apresentado pegamento satisfatório, mediante fornecimento de nova muda, readequação do local, nova instalação e novo tutoramento, quando necessário, de modo a garantir a efetividade do resultado pretendido pela Administração.

**f)Tutoramento:** técnica de sustentação e orientação do crescimento vegetal, mediante colocação de estacas, varas, fitilhos ou outro material tecnicamente adequado, com a finalidade de escorar, proteger e favorecer o desenvolvimento inicial do espécime implantado.



**g) Limpeza prévia:** técnicas de execução da limpeza da área em sua totalidade, que incluem roçada de gramíneas exóticas invasoras para sua completa eliminação, entre outras gramíneas necessárias, quando identificadas nas áreas, bem como a supressão de exemplares isolados ou maciços de árvores/arbustos exóticos invasores, a exemplo de *Leucaena sp.*, promovendo a remoção de seus ramos e volume lenhoso, com destinação apropriada, observada a legislação ambiental aplicável.

## 1.4. Especificações técnicas mínimas

Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade, compatibilidade ambiental e adequação técnica, contemplando, no mínimo, as seguintes exigências:

- I. as mudas destinadas a reflorestamento deverão possuir altura mínima entre **50 cm e 120 cm**;
- II. as mudas destinadas à arborização urbana deverão possuir altura mínima entre **150 cm e 250 cm**, admitindo-se essências nativas e/ou de interesse paisagístico compatíveis com o planejamento urbano e paisagístico municipal;
- III. todas as mudas deverão apresentar integridade fitossanitária, ausência de pragas, doenças, deformações graves, danos mecânicos relevantes ou sinais de comprometimento do desenvolvimento vegetal;
- IV. os materiais, insumos, adubos, hidrogel, tutores e demais componentes empregados deverão ser compatíveis com a finalidade do plantio, com as características do solo e com a espécie vegetal utilizada;
- V. a contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis, inclusive, no que couber, atos normativos federais, estaduais e municipais incidentes sobre reflorestamento, recuperação ambiental e arborização urbana, bem como as orientações da Administração e da fiscalização contratual;
- VI. a execução deverá priorizar a sobrevivência das mudas, o adequado pegamento, a homogeneidade do plantio e a estabilidade dos espécimes implantados, não se limitando à mera entrega física do material vegetal;
- VII. Na arborização urbana, a Administração poderá utilizar como referência técnica complementar as diretrizes constantes do Manual Técnico de Arborização Urbana da cidade de São Paulo, no que for compatível com a realidade local, com as condições urbanísticas do Município e com as normas municipais aplicáveis([https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/MARBOURB.pdf](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/MARBOURB.pdf)).
- VIII. no reflorestamento o mesmo deverá obedecer às exigências constantes na:
  - a) Listas de espécies:  
(<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutodebotanica/wp-content/uploads/sites/235/2019/10/lista-especies-rad-2019.pdf>).
  - b) **Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal):** Regula o plantio, a reposição florestal e a recuperação de áreas degradadas;
  - c) **Instrução Normativa IBAMA nº 14/2024:** Define as normas para elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRAD);
  - d) Resolução SMA 32/2014;
  - e) Resolução SIMA 73/2020;
  - f) Demais normas Federais, Estaduais e Municipais vigentes não mencionadas anteriormente;
- IX. Cada ordem de serviço ou frente de execução deverá ser acompanhada de relatório técnico, assinado por profissional habilitado, contendo os parâmetros necessários para avaliação, aprovação e eventual apresentação aos órgãos de controle.;



## 1.5. Quantitativos estimados

Os quantitativos estimados para a futura contratação são os seguintes:

### LOTE 01 – REFLORESTAMENTO

Até **7.000 (sete mil)** unidades de essências florestais nativas para reflorestamento, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento.

### LOTE 02 – ARBORIZAÇÃO URBANA

Até **1.000 (mil)** unidades de essências florestais nativas e/ou de interesse paisagístico para arborização urbana, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento.

Os quantitativos acima possuem natureza **estimada**, própria do Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração, que realizará as solicitações conforme necessidade, conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público superveniente.

#### 1.5.1. Áreas prioritárias e detalhamento futuro das intervenções

Sem prejuízo do caráter estimado dos quantitativos e da natureza parcelada da execução, a Administração poderá indicar áreas prioritárias para atendimento no curso da vigência da Ata de Registro de Preços, especialmente aquelas relacionadas à revegetação de áreas verdes, recuperação ambiental, compensação vegetal, arborização urbana, qualificação paisagística e atendimento de compromissos institucionais ou ambientais.

No âmbito do Lote 01, a Administração poderá priorizar a execução de serviços de revegetação ou reflorestamento em áreas públicas ou, excepcionalmente, particulares de interesse público, desde que devidamente justificadas e formalmente autorizadas nos termos deste Termo de Referência, inclusive na região situada à margem direita da Rua Aristeu Macedo de Souza, Bairro Bom Jardim, Município de Rio das Pedras/SP, ou em outras áreas que venham a ser tecnicamente definidas no curso da execução.

No âmbito do Lote 02, a Administração poderá priorizar a execução de serviços de arborização urbana em vias públicas, sistemas viários, calçadas, áreas institucionais, praças, equipamentos públicos e demais espaços urbanos definidos pela Secretaria competente, inclusive em áreas vinculadas ao planejamento municipal de arborização.

A definição específica dos locais, quantitativos, espécies, arranjo de plantio, cronograma, condições de acesso, interferências existentes e demais parâmetros técnicos será realizada por meio de Ordem de Serviço, acompanhada, quando necessário, de Plano de Trabalho, Croqui, Relatório Técnico, Memorial Simplificado, mapa de localização ou outro documento técnico equivalente elaborado ou aprovado pela Administração.

A apresentação ou aprovação futura desses documentos não alterará o objeto licitado, nem poderá ampliar encargos, quantidades ou obrigações além daqueles previstos neste Termo de Referência, servindo exclusivamente para detalhar a execução concreta de cada demanda, conforme os preços unitários registrados, as especificações técnicas do edital e a disponibilidade orçamentária.



## 1.6. Vigência da Ata e prazo de execução das demandas

A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, na forma da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas por contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou outro instrumento hábil admitido em lei, observando-se, em cada caso, os prazos específicos definidos pela Administração.

A execução do objeto ocorrerá de forma **parcelada, sob demanda**, conforme programação da Administração Municipal, de acordo com as necessidades concretas dos órgãos demandantes e com as prioridades ambientais, urbanísticas, paisagísticas e institucionais.

Nas ordens de serviço emitidas pela Administração, poderão ser observadas, prioritariamente, as destinações indicadas neste Termo de Referência, sem prejuízo da indicação de áreas adicionais para plantio, replantio ou arborização, conforme a necessidade do Município.

A Ordem de Serviço poderá ser acompanhada de documento técnico complementar, como croqui, mapa de localização, memorial simplificado, plano de intervenção, relação indicativa de espécies, registro fotográfico prévio ou relatório técnico, sempre que necessário à adequada caracterização da demanda e à fiscalização da execução.

A contratada deverá iniciar os serviços no prazo definido na ordem de serviço, que não poderá ser superior a 5 dias úteis contados do recebimento da solicitação, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

O prazo de execução de cada ordem de serviço será definido conforme quantitativo, local e complexidade da demanda, devendo constar expressamente do respectivo instrumento de solicitação.

Cada solicitação deverá indicar, no mínimo:

- I. o local de execução;
- II. o tipo de plantio requerido;
- III. o quantitativo estimado;
- IV. a espécie ou padrão vegetal, quando previamente definido;
- V. o prazo de mobilização e execução;
- VI. eventuais condições específicas do terreno ou da área urbana.

A contratada deverá iniciar os serviços no prazo definido na ordem de serviço ou instrumento equivalente.

## 1.7. Locais de prestação dos serviços

Excepcionalmente, os serviços poderão ser executados em áreas particulares, desde que demonstrado o interesse público ambiental, urbanístico, sanitário ou institucional da intervenção, especialmente em hipóteses de recuperação ambiental, compensação vegetal, atendimento de condicionantes, proteção de recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, recomposição de vegetação, implantação de corredores ecológicos, cumprimento de termos de ajustamento de conduta ou atendimento de determinações de órgãos de controle ou fiscalização ambiental.

Nessas hipóteses, a execução ficará condicionada à prévia formalização de instrumento jurídico próprio ou documento equivalente, como termo de anuência, autorização de acesso, termo de cooperação, compromisso ambiental ou outro ato formal que assegure a legitimidade da intervenção, a autorização do proprietário ou possuidor, a definição das responsabilidades das partes e a inexistência de benefício privado indevido.





# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

A intervenção em área particular deverá limitar-se ao atendimento do interesse público identificado, não podendo resultar em ampliação do objeto licitado, alteração dos preços registrados, criação de obrigações não previstas neste Termo de Referência ou execução de serviços meramente particulares, paisagísticos ou patrimoniais dissociados da finalidade pública da contratação.

Os serviços serão executados no território do Município de Rio das Pedras/SP, em áreas urbanas, periurbanas, institucionais, áreas públicas em geral, logradouros, calçadas, equipamentos públicos, áreas de preservação, recuperação e compensação ambiental, conforme a natureza de cada demanda.

A definição exata dos locais será realizada pela Secretaria responsável ou pela fiscalização do contrato, por ocasião de cada solicitação.

## 1.8. Regras para recebimento do objeto

O recebimento do objeto observará o disposto no **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**, mediante recebimento provisório e, quando cabível, definitivo.

O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão de cada etapa demandada ou frente de serviço, mediante vistoria da fiscalização contratual, para verificação preliminar de:

- I. conformidade entre a ordem de serviço e o quantitativo executado;
- II. adequação das espécies fornecidas ao padrão solicitado;
- III. observância das dimensões mínimas das mudas;
- IV. correta preparação da área e dos berços;
- V. realização do plantio e do tutoramento;
- VI. limpeza do local e adequada finalização dos serviços.

O recebimento definitivo será formalizado após a confirmação, pela fiscalização, de que os serviços foram executados em conformidade com as exigências deste Termo de Referência, do edital, da Ata de Registro de Preços, do contrato e da ordem de serviço, inclusive quanto à qualidade técnica do plantio e à aptidão do resultado útil da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A presente contratação decorre da necessidade da Administração Municipal de dispor de instrumento formal, eficiente e contínuo para atendimento das demandas de reflorestamento, recuperação ambiental, compensação ambiental, arborização urbana, qualificação paisagística de áreas públicas e demais intervenções correlatas de interesse ambiental, urbanístico e institucional.

A contratação se fundamenta no planejamento administrativo e nas necessidades operacionais do Município, estando em consonância com o correspondente **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, ao qual este Termo de Referência se vincula.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços** justifica-se pela natureza parcelada e variável das demandas, pela impossibilidade de previsão exata do momento e do quantitativo a ser efetivamente contratado, bem como pela conveniência administrativa de permitir futuras contratações conforme a necessidade concreta de cada período, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.





A escolha da modalidade **Pregão** decorre do enquadramento do objeto como **serviço comum de engenharia**, por ser passível de definição objetiva, com padrões usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação apresenta, ainda, interesse público relevante, pois contribui para:

- I. recuperação e proteção ambiental;
- II. ampliação e manutenção da cobertura vegetal do Município;
- III. melhoria do conforto térmico e paisagístico urbano;
- IV. atendimento a programas, projetos e políticas públicas ambientais;
- V. cumprimento de compromissos institucionais eventualmente assumidos pelo Município perante órgãos de controle, fiscalização ou tutela ambiental.

### 3. MODELO DE EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 3.1. Forma de execução

A execução do objeto será **indireta**, sob o regime de **empreitada por preço unitário dentro de cada lote registrado**, sendo o julgamento realizado pelo **menor preço global por lote**, com pagamento conforme os quantitativos efetivamente executados e medidos em cada ordem de serviço, observados os preços unitários constantes da proposta vencedora e da planilha contratual.

#### 3.2. Forma de solicitação

As demandas serão formalizadas por ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo a descrição do local, quantitativos, espécie vegetal quando definida, prazo de mobilização, prazo de execução e eventuais condições específicas.

#### 3.3. Obrigações essenciais da contratada

Constituem obrigações mínimas da contratada:

- I. fornecer mudas e executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência;
- II. disponibilizar mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, insumos, transporte e tudo o que for necessário à perfeita execução do objeto;
- III. cumprir os prazos fixados nas ordens de serviço;
- IV. refazer, substituir ou replantar, às suas expensas, os serviços executados em desconformidade;
- V. observar as normas ambientais, urbanísticas, de segurança do trabalho e acessibilidade aplicáveis;
- VI. responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto;
- VII. manter durante toda a execução as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- VIII. observar, quando indicado pela Administração, as destinações prioritárias previstas neste Termo de Referência para o Projeto de Revegetação das Áreas Verdes e para o Projeto de Arborização do Sistema Viário, sem prejuízo da execução do quantitativo remanescente nos demais locais que vierem a ser indicados pelo Município no curso da vigência da Ata ou da contratação decorrente.
- IX. A contratada deverá garantir o pagamento das mudas pelo período mínimo definido na ordem de serviço ou no instrumento contratual, responsabilizando-se pelo replantio, às suas expensas, das mudas que não apresentarem desenvolvimento satisfatório por falha de fornecimento, transporte, plantio, tutoramento, insumos ou execução técnica.



Não se incluem nessa obrigação perdas decorrentes de vandalismo, eventos climáticos extremos, intervenção de terceiros ou ausência de manutenção posterior quando não atribuível à contratada, desde que devidamente comprovadas.

### 3.4. Estrutura operacional mínima

A contratada deverá dispor de estrutura compatível com a execução regular dos serviços, incluindo, quando necessário:

- I. roçadeiras costais;
- II. sopradores;
- III. motopoda;
- IV. motosserra;
- V. trator acoplado a roçadeira, quando aplicável;
- VI. caminhão para transporte de materiais, resíduos vegetais, insumos e ferramentas;
- VII. telas de proteção, cones, cavaletes e demais dispositivos de sinalização;
- VIII. EPIs e EPCs;
- IX. demais equipamentos indispensáveis ao bom andamento dos serviços.

### 3.5. Critério de seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado por meio de **licitação na modalidade Pregão**, com adoção do critério de julgamento de **menor preço global por lote**, visando à formação de **Ata de Registro de Preços**.

### 3.6. Critérios de habilitação

Para participação no certame, o licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, na forma dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

Serão exigidos, no mínimo:

- a) **Habilitação jurídica:** documentação apta a comprovar a existência jurídica do licitante e a regularidade de sua representação.
- b) **Regularidade fiscal, social e trabalhista:** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.
- c) **Qualificação econômico-financeira:** documentos que demonstrem a capacidade econômico-financeira mínima do licitante, na forma do edital.
- d) **Qualificação técnica:** comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

### 3.7. Exigências de qualificação técnica e operacional

Em razão da natureza do objeto, será exigido, no mínimo:



- I. apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, abrangendo, ao menos, fornecimento e/ou plantio de mudas, arborização, reflorestamento, recuperação vegetal ou serviços equivalentes;
- II. declaração de disponibilidade ou de capacidade de disponibilização da estrutura operacional mínima necessária à execução do objeto;
- III. indicação de responsável técnico com formação compatível com o objeto, admitindo-se profissional legalmente habilitado nas áreas de engenharia agrônoma, engenharia florestal, biologia ou outra formação correlata, desde que comprovada a pertinência técnica e a regularidade junto ao respectivo conselho profissional, quando aplicável;
- IV. compromisso formal de observância das normas ambientais, de segurança do trabalho e operacionais pertinentes.

### 3.8. Condições mínimas de segurança e execução

Durante toda a execução contratual, a contratada deverá:

- I. manter as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- II. cumprir integralmente as ordens de serviço emitidas pela Administração;
- III. garantir a sinalização adequada dos locais de trabalho;
- IV. reparar, às suas expensas, danos decorrentes de falhas de execução;
- V. observar as determinações da fiscalização;
- VI. executar os serviços com qualidade suficiente para permitir o recebimento pela Administração.

## 4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada, controlada e fiscalizada de forma contínua pela Administração Municipal, com o objetivo de assegurar que os serviços sejam prestados em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e nas ordens de serviço emitidas.

### 4.1. Gestão e fiscalização do contrato

A gestão do contrato caberá ao setor competente designado pela Administração Municipal, preferencialmente vinculado à Secretaria demandante ou à unidade administrativa responsável pela coordenação da política pública relacionada ao objeto.

A fiscalização do contrato será exercida por servidor ou comissão formalmente designada pela autoridade competente.

Poderão ser designados:

- I. gestor do contrato;
- II. fiscal técnico;
- III. fiscal administrativo, quando necessário.

### 4.2. Procedimentos de acompanhamento



O acompanhamento da execução ocorrerá mediante controle por ordens de serviço, vistorias, relatórios, registros fotográficos, checklists operacionais e demais instrumentos que permitam verificar a efetiva entrega do resultado contratado.

#### 4.3. Critérios e métricas de avaliação da execução

Constituem métricas mínimas de avaliação:

- I. tempestividade de mobilização;
- II. conformidade quantitativa;
- III. conformidade técnica das mudas;
- IV. conformidade do preparo da área e dos berços;
- V. qualidade do plantio e tutoramento;
- VI. índice de necessidade de replantio;
- VII. conformidade de segurança operacional;
- VIII. regularidade documental.

#### 4.4. Controle de qualidade

Serão objeto de controle de qualidade, entre outros aspectos:

- I. a procedência e a qualidade das mudas fornecidas;
- II. a adequação fitossanitária e o padrão dimensional mínimo;
- III. a correta preparação das áreas e dos berços;
- IV. a execução do plantio segundo a técnica apropriada;
- V. a instalação e integridade dos tutores;
- VI. a limpeza e organização do local ao final da execução;
- VII. a inexistência de danos indevidos a bens públicos ou particulares;
- VIII. a observância das normas ambientais, de segurança do trabalho e de acessibilidade aplicáveis.

#### 4.5. Ações corretivas em caso de descumprimento

Verificada inconformidade, a Administração poderá adotar, entre outras, as seguintes providências:

- I. notificação formal da contratada;
- II. determinação de reexecução do serviço, substituição de mudas ou replantio;
- III. fixação de prazo para saneamento;
- IV. glosa de parcelas não executadas ou executadas em desconformidade;
- V. instauração de procedimento para apuração de responsabilidade;
- VI. aplicação das penalidades previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

#### 4.6. Registros e comunicações

Todas as ocorrências relevantes da execução deverão ser registradas formalmente, inclusive ordens de serviço, notificações, relatórios de vistoria, registros fotográficos, comunicações com a contratada, apontamentos de inconformidade, comprovação de correções realizadas e documentos de recebimento.



## 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição e o pagamento dos serviços observarão critérios objetivos de aferição da execução contratual, com base nos **quantitativos efetivamente executados**, devidamente verificados pela fiscalização da Prefeitura do Município de Rio das Pedras/SP, em conformidade com este Termo de Referência, com a Ata de Registro de Preços, com o contrato ou instrumento equivalente e com as ordens de serviço emitidas.

### 5.1. Critérios para aferição da execução contratual

A aferição da execução contratual será realizada mediante **medição mensal**, com base nos serviços efetivamente executados no período de referência e devidamente atestados pela fiscalização.

Os pagamentos ocorrerão levando em consideração os quantitativos efetivamente executados em cada lote, conforme os **preços unitários constantes da proposta vencedora e da planilha contratual**, observada a ordem de serviço emitida.

### 5.2. Procedimentos de validação da execução

A validação do cumprimento do contrato ocorrerá por meio de fiscalização direta da execução, podendo envolver:

- I. vistorias in loco;
- II. inspeções técnicas;
- III. conferência física dos quantitativos executados;
- IV. análise da conformidade dos serviços com a ordem de serviço;
- V. registros fotográficos;
- VI. relatórios técnicos e checklists de campo;
- VII. conferência documental da execução.

O controle e a fiscalização dos serviços serão formalizados em **boletim de medição**, assinado pela fiscalização da Prefeitura e pela contratada.

### 5.3. Indicadores e métricas utilizadas na medição

A fiscalização observará, para fins de validação da execução e eventual aprovação da medição:

- I. correspondência entre os quantitativos solicitados e os efetivamente executados;
- II. conformidade técnica dos serviços;
- III. atendimento aos prazos estabelecidos;
- IV. qualidade da execução;
- V. ausência de falhas que comprometam o resultado útil da contratação;
- VI. regularidade da sinalização e das condições de segurança no local;
- VII. inexistência de pendências relevantes apontadas pela fiscalização sem o devido saneamento.

### 5.4. Forma e prazo de pagamento

O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados da liquidação da despesa, após:

- I. a medição dos serviços executados no período;



## RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

- II. a aprovação da medição pela fiscalização da Prefeitura;
- III. o recebimento da respectiva Nota Fiscal Eletrônica;
- IV. a verificação da regularidade documental exigida.

Os pagamentos serão realizados mediante depósito bancário em conta de titularidade da contratada.

### 5.5. Condições documentais para pagamento

Os pagamentos ficam condicionados à apresentação e à manutenção da regularidade dos seguintes documentos:

- I. comprovante de regularidade perante o FGTS;
- II. certidão de regularidade perante a Fazenda Federal;
- III. certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- IV. certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- VI. Nota Fiscal Eletrônica correspondente ao período medido;
- VII. boletim de medição atestado pela fiscalização, quando aplicável.

### 5.6. Regras para glosas e retenções

Poderão ser promovidas glosas, totais ou parciais, dos valores medidos, sempre que verificada qualquer das seguintes hipóteses:

- I. execução parcial do objeto;
- II. medição de quantitativos superiores aos efetivamente executados;
- III. execução em desacordo com as especificações técnicas;
- IV. necessidade de refazimento, replantio, substituição ou correção de serviços por culpa da contratada;
- V. descumprimento de exigências contratuais;
- VI. ausência de documentos indispensáveis à liquidação da despesa.

### 5.7. Condições para pagamento final

O pagamento final ficará condicionado:

- I. à comprovação da execução integral da parcela contratada ou da ordem de serviço correspondente;
- II. ao recebimento definitivo do objeto, quando cabível;
- III. à inexistência de pendências relevantes de correção apontadas pela fiscalização;
- IV. à entrega da documentação fiscal e trabalhista exigível;
- V. à confirmação de que não subsistem inconformidades técnicas capazes de comprometer o resultado da contratação.

### 5.8. Atraso de pagamento pela Administração

Havendo atraso no pagamento por parte da Administração, desde que não decorrente de pendência imputável à contratada, sobre o valor devido incidirá correção monetária pelo índice oficialmente adotado pelo Município e, na ausência de previsão específica, pelo IPCA/IBGE, além de juros de mora calculados na forma da legislação aplicável.



## 5.9. Obrigações relacionadas à medição, pagamento e fiscalização

Constituem obrigações da Contratante:

- I. efetuar o pagamento à contratada na forma e condições estabelecidas;
- II. promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços;
- III. comunicar à contratada qualquer anormalidade verificada;
- IV. notificar previamente a contratada quando da aplicação de penalidades.

Constituem obrigações da Contratada:

- I. manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- II. atender integralmente às condições descritas no edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato;
- III. responsabilizar-se civil e administrativamente pelos danos, perdas e prejuízos decorrentes da execução;
- IV. cumprir as exigências dos órgãos fiscalizadores e observar as normas de segurança aplicáveis.

## 6. PREÇOS REFERENCIAIS E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada com base no Relatório de Pesquisa de Preços nº 13/2026, UASG 986981, referente ao objeto “Arborização”, contemplando dois itens cotados sob a descrição “Plantio de árvore”, com unidade de fornecimento em unidade.

A pesquisa consolidou o valor global estimado de R\$ 799.400,00, utilizando como critério estatístico a mediana dos preços válidos coletados. O método foi adotado em razão da elevada dispersão dos valores identificados, especialmente diante dos coeficientes de variação de 221,3865% para o Item 1 e 177,7566% para o Item 2, o que torna a mediana mais adequada do que a média aritmética para representar o preço referencial da contratação.

Foram desconsiderados da composição os valores discrepantes, excessivamente elevados, inexequíveis ou incompatíveis com a realidade de mercado, conforme registrado na própria nota técnica do relatório de pesquisa de preços.

A estimativa foi consolidada da seguinte forma:

Item	Descrição	Quantidade	Critério adotado	Valor unitário referencial	Valor total estimado
1	Plantio de essências florestais nativas para reflorestamento, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento.	7.000 un.	Mediana	R\$ 89,20	R\$ 624.400,00
2	Plantio de essências florestais nativas e/ou de interesse paisagístico para arborização urbana, compreendendo o fornecimento das mudas e os serviços correlatos de preparação do local, abertura de berços, plantio, replantio e tutoramento.	1.000 un.	Mediana	R\$ 175,00	R\$ 175.000,00
				<b>Valor global estimado</b>	<b>R\$ 799.400,00</b>





# RIO DAS PEDRAS

A CIDADE DOÇURA

Para fins de compreensão da formação econômica do preço, considera-se que os valores unitários referenciais abrangem os custos diretos, custos indiretos, despesas operacionais, tributos, riscos, lucro e demais componentes necessários à execução do objeto, podendo ser representados pela seguinte fórmula geral:

$$V_{\text{total}} = (C_{\text{diretos}} + C_{\text{indiretos}}) \times (1 + \text{BDI})$$

Considerando que a pesquisa de preços apresenta valores finais de mercado, sem abertura analítica da composição interna dos fornecedores, a fórmula acima possui caráter meramente metodológico e demonstrativo, não substituindo eventual planilha detalhada de custos a ser apresentada pelo licitante, quando exigida no edital ou solicitada pela Administração para fins de análise de exequibilidade.

Dessa forma, o valor global estimado da contratação é de **R\$ 799.400,00**, considerado compatível com a pesquisa de preços realizada e apto a subsidiar a fase preparatória da contratação, sem prejuízo da análise de exequibilidade das propostas na fase externa do certame.

## 6.1. Disposições complementares sobre a estimativa de preços

A íntegra do Relatório de Pesquisa de Preços, contendo as fontes consultadas, os valores considerados, os valores desconsiderados e a memória estatística da apuração, deverá permanecer juntada aos autos do processo administrativo, servindo como documento de suporte à presente estimativa e à demonstração da compatibilidade dos preços com o mercado.

O valor global estimado possui natureza referencial e corresponde ao limite estimativo da contratação, calculado com base nos quantitativos máximos previstos na pesquisa de preços. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obriga à contratação integral dos quantitativos estimados, realizando as solicitações conforme necessidade concreta, conveniência administrativa, interesse público e disponibilidade orçamentária.

Na fase externa do certame, a Administração poderá promover a análise de exequibilidade das propostas apresentadas, especialmente quando os valores ofertados se mostrarem significativamente inferiores ao preço referencial ou aparentemente incompatíveis com a adequada execução do objeto, sem prejuízo da solicitação de esclarecimentos, documentos ou composição de custos ao licitante, quando necessário.

## 6.2. Justificativa dos valores adotados

Os valores foram definidos com base em parâmetros públicos e referenciais técnicos utilizados para demonstrar a viabilidade econômica da contratação e oferecer suporte ao planejamento da despesa, sem prejuízo do aperfeiçoamento da instrução processual com a juntada integral da pesquisa de preços, memória de cálculo detalhada e documentos de suporte.

## 6.3. Documentação que embasa a formação dos preços

A formação do valor estimado deverá encontrar respaldo na documentação constante dos autos, especialmente:

- I. levantamento de preços com base em contratações públicas similares;
- II. documentos e referências públicas utilizados como parâmetro de mercado;
- III. memória de cálculo elaborada a partir dos quantitativos estimados;
- IV. Estudo Técnico Preliminar;



V. planilha orçamentária estimativa;

VI. demais documentos de suporte da pesquisa de preços.

## 7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREVISÃO DE RECURSOS

A presente contratação possui previsão de cobertura orçamentária para suporte às despesas dela decorrentes, observada a legislação aplicável e as regras de execução orçamentária e financeira do Município.

As despesas decorrentes da futura contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
<b>378 – 18.541.0044.2113 – 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica</b>

A classificação acima demonstra compatibilidade da despesa com a natureza do objeto pretendido, uma vez que a contratação abrange prestação de serviços comuns de engenharia por pessoa jurídica, voltados ao reflorestamento, arborização urbana e demais atividades correlatas de interesse ambiental e urbanístico.

Por se tratar de procedimento para **formação de Ata de Registro de Preços**, a efetiva emissão de empenho, ordem de serviço ou instrumento equivalente para cada contratação decorrente ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira no exercício correspondente.

A contratação deverá guardar compatibilidade com o **Plano de Contratações Anual**, quando adotado pela Administração, bem como com as peças de planejamento e orçamento vigentes, especialmente a **Lei Orçamentária Anual – LOA**, o **Plano Plurianual – PPA** e a **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**, naquilo que couber.

Caso, no curso da execução ou da utilização da Ata de Registro de Preços, a dotação inicialmente indicada se revele insuficiente para suportar a totalidade das demandas efetivamente formalizadas, a Administração poderá promover a devida suplementação orçamentária, observadas as normas de direito financeiro, o interesse público e a competente autorização administrativa.

Rio das Pedras, 2026.

Rafael Civolani Bonassa  
**Secretário do Meio Ambiente e Agricultura**